

**ATA DA OITAVA SESSÃO DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

----- Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dezanove, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Penafiel. -----

----- Verificado o quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. ----

----- Encontravam-se presentes, todos os membros da Assembleia com exceção dos senhores deputados, Ana Maria Feijó de Oliveira Reis, João Carlos Baptista Couto Barbosa e Hermínia Maria Ferreira Magalhães. -----

----- O senhor deputado Pedro Alexandre Mogadouro do Couto, do Grupo Municipal “ Grupo de Cidadãos Eleitores Tino de Rans – Penafiel é Top”, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor António Fernando Rodrigues Barbosa. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Feijó de Oliveira Reis, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Joaquim Fernando Bonifácio. -----

----- O senhor deputado João Carlos Baptista Couto Barbosa, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Cristiana dos Santos Coelho. -----

----- A senhora deputada Hermínia Maria Ferreira Magalhães, do Grupo Municipal da Coligação “Penafiel Quer”, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Carla Maria Ribeiro de Oliveira. -----

----- O senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, procedeu à leitura de uma proposta de recomendação e votos de louvor: -----

----- **1 — Proposta de recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da do Partido Socialista, com o seguinte teor:** -----

----- Face à fase da revisão do instrumento de gestão municipal que é o P.D.M., fase de início de auscultação pública, e como a exemplo passado, este processo teve o envolvimento e acompanhamento

deste órgão municipal, para a construção/elaboração desse documento final. -----

----- Assim,-----

----- Os membros do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal, vem apresentar uma proposta/recomendação no sentido de nesta Assembleia Municipal, passe a ser constituído uma comissão de acompanhamento sendo a mesma composta por 5 membros desta assembleia a serem propostos pelo vários grupos políticos de acordo com a sua representatividade.” -----

-----**2 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor:** -----

----- “VOTO DE LOUVOR-----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, por este meio, propor a V. Exa a aprovação de um voto de louvor ao novo Comandante dos Bombeiros de Penafiel, Francisco Alexandre Alves, que tomou posse numa cerimónia realizada no passado dia 17 de março, nas instalações da agremiação.-----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 12 de abril de 2019, endereça ao novo comandante Francisco Alexandre Alves votos de muitos sucessos e que consiga estar sempre à altura dos desafios que enfrentará.”-----

-----**3 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor:** -----

-----“VOTO DE LOUVOR -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, por este meio, propor a V. Exa a aprovação de um voto de louvor à penafidelense Ana Rafael, atleta de 18 anos da secção de Ginástica do Clube de Basquetebol de Penafiel, que alcançou resultados altamente prestigiantes na modalidade, no *Special Olympics World Games Abu Dhabi 2019*, que se disputaram no Dubai entre os dias 14 e 21 de março do corrente ano. -----

----- A jovem atleta conquistou a Medalha de Ouro em Saltos e na Trave, a Medalha de Bronze em Paralelas e ficou em 5.º lugar na disciplina de Solo. Trouxe ainda para Portugal a Medalha de Prata da Geral. -----

----- Relembre-se que a jovem atleta de Penafiel tem um currículo invejável, tendo já adquirido quatro medalhas de ouro, três de prata e duas de bronze, conquistadas nos Jogos Europeus de Antuérpia, em 2014, e nos Jogos Mundiais de Los Angeles, em 2015. -----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 12 de abril de 2019, endereça à jovem penafidelense Ana Rafael, à equipa técnica e ao Clube de Basquetebol de Penafiel o nosso muito obrigado pelo desenvolvimento da modalidade e pelo prestígio que dão ao concelho.” -----

-----**4 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor:** -----



----- Após o debate e a aprovação do Projeto de Recomendação Distrital, foi feita a votação para eleger as 5 escolas que irão defender este mesmo projeto. Os deputados da Escola EB 2/3 de Paço de Sousa tiveram uma excelente prestação na defesa das suas propostas e conseguiram, num leque de 65 escolas do distrito do Porto, ser eleitos como Deputados do Distrito do Porto à Sessão Nacional. -----

----- Propomos ainda que seja dado conhecimento deste voto de louvor aos órgãos dirigentes do Agrupamento de Escolas de Paço de Sousa, a todos os alunos envolvidos no projeto e aos professores que orientaram e motivaram os jovens na concretização deste projeto de elevado valor para a sua formação cívica.” -----

**-----7 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação “Penafiel Quer”, com o seguinte teor:-----**

----- “VOTO DE LOUVOR-----

----- O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe um voto de louvor à atleta Inês Moreira, do Mozinho Racing Team, por se ter sagrado bicampeã nacional de duatlo cross na categoria de Age — Group 30-34.” -----

**-----8 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação “Penafiel Quer”, com o seguinte teor:-----**

----- “VOTO DE LOUVOR-----

----- O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe um voto de louvor à atleta Ana Rafael, da Secção de Ginástica do Clube de Basquete de Penafiel, pela conquista de 4 medalhas nos Special Olympics Worlds Games Abu Dhabi 2019 que se realizaram no Dubai.”-----

----- Posto à votação a admissibilidade a proposta de recomendação e votos de louvor, apresentados foram aprovados por unanimidade, com os votos a favor dos senhores deputados, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Joaquim Luís Rocha e Silva, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Rui António dos Reis Lopes, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, Bruno Rafael de Sousa Araújo, Carla Maria Ribeiro de Oliveira, Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Gonçalves, Joaquim Fernando Bonifácio, António José de Sousa Pinto, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, José Manuel Salgueiro Macedo, Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva, Cristiana dos Santos Coelho, Cristiana Filipa Moreira da Silva António Fernando Rodrigues Barbosa e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Boelhe, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

**-----Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----**

----- — O senhor deputado Carlos Pinto: Relativamente ao programa de financiamento da redução tarifária dos transportes, disse que era positivo verem os concidadãos, ao final do mês, terem uma redução, naquilo que eram as suas despesas mensais, na qual a componente de transportes é significativa. -----

----- Se a ideia era positiva, na perspetiva da sua bancada não estava isenta de críticas porque consideravam que foi mal executada. Ficavam com a ideia que foi uma medida apressada, tomada sobre alguma vontade de rapidamente oferecer boas garantias, e deu força às operadoras que assumiram que aquela garantia estava feita e quem, no fim, ia pagar eram os contribuintes porque os operadores iam ter os passes pagos e muito mais consumidores finais. Se um cidadão deixou de pagar 80 e passava a pagar 40 euros havia mais apetência para a utilização dos transportes públicos e naturalmente que as operadoras ganhavam com isso. Nessa perspetiva as operadoras eram a primeiras beneficiadas dessa medida. Se forem consultar o próprio diploma, percebiam que a esse fundo ambiental tem alocado ao seu programa 104 milhões de euros dos quais 85% eram para os municípios de Lisboa e do Porto, ou seja, era um programa feito a pensar nas grandes áreas metropolitanas e depois restava umas sobras para o resto do país. No que dizia respeito à CIM Tâmega e Sousa, foi atribuído uma verba, naquele fundo ambiental, de 1,8 milhões de euros. -----

----- Se verificarem os 75 milhões que eram alocados a Lisboa, representava cerca de 27 euros por cada cidadão da área metropolitana de Lisboa. Os cidadãos que integravam a CIM Tâmega e Sousa só tinham direito a 4 euros. Havia ali uma diferenciação, uma vontade de alocar aos grandes centros, onde naturalmente havia a maior concentração de pessoas e eventualmente fossem mais interessantes politicamente, mas parecia-lhes que o “rebuçado” que se atribui *per-capita* aos cidadãos da região era muito diferente e levava-os a pensar onde e como se conseguia equidade e coesão territorial que tanto se apregoava nos centros de urbanos de Lisboa parecendo com aquilo, querer dizer se se aposta somente em Lisboa e o resto do país a ficar para trás e daquela forma nunca combateriam as assimetrias territoriais. Essa medida positiva para o concidadão, depois vai ser paga pelas autarquias locais em uma parte significativa no fundo ambiental. Apesar dessa medida ser positiva, deveria ter sido mais bem pensada, com um critério de mais equidade e se assim fosse estariam totalmente de acordo e não a viam como discriminatória para as populações do interior.-----

----- Questionou se o senhor Presidente se sentia confortável com aquela discriminação com os habitantes de Lisboa relativamente aos habitantes da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, bem como, qual o sentimento que os seus colegas que integravam a CIM, analisavam aquela medida. ---

----- — O senhor deputado Sousa Pinto: Relativamente ao programa PART- Programa de apoio à

Redução do Tarifário – programa que vai beneficiar significativamente os cidadãos pela redução dos preços nos passes sociais nos transportes públicos, tal medida é realmente uma revolução que se está a operar e resulta de uma medida de política assumida pelo do governo central com impacto por todo o território. Esta nova medida altera por completo as condições de mobilidade uma vez que ao abranger e conectar vários tipos de transportes públicos acaba definitivamente com os limites na articulação dos vários tipos de transportes públicos e privados a serem sados e as necessidades dos utentes. -----

----- Essa revolução anunciada vai colocar novos desafios e ou problemas de competitividade aos municípios que são afetados diariamente pelos movimentos pendulares em resultado da aproximação às áreas metropolitanas como é o caso do nosso concelho onde esta redução nos preços dos passes sociais promoverá a intensificação desses movimentos pendulares e poderá criar uma maior dependência de Penafiel face à A.M. do Porto. A questão pertinente hoje a questionar nesta assembleia Municipal é como está ou vai o Executivo Municipal responder a este novo desafio com os quais todos os penafidenses estão defrontados. -----

----- Julgamos, face a algumas críticas já aqui a floradas, que não são questões de pormenor que afetam as virtudes desta medida, pois sabemos que a seu tempo essas questões serão solucionadas e as dificuldades apontadas no por em prática esta medida, são mesmo compreensíveis atendendo à revolução que representam e ao vasto conjunto de entidades que abrangem. Mas e apesar da incompreensão de alguns, em boa hora o Governo teve coragem e decidiu avançar com esta medida. -----

----- De facto, durante muitos anos convivemos com este problema de difícil solução, mas hoje ao facilitar as deslocações no território quer no tempo quer no custo do transporte veio combater um dos grandes dilemas que tínhamos que residia no ter ou não acesso ao transporte em função capacidade financeira do cidadão. Mas esta medida, vai mais longe, ao responder às questões da poluição ambiental, com que hoje nos deparamos e ao problema do tráfego e da fluidez do mesmo nos acessos aos centros urbanos. -----

----- Se reconhecemos que esta medida, é mais apoiado na área metropolitana de Lisboa, também não e menos verdade que agora todo o país onde existem CIM passam também a ser receber abrangidas, e se o valor para a região da CIM- Tâmega e Sousa se é insuficiente, tornar-se-á necessário dar tempo para que avaliação se concretize. -----

----- E a pretexto desta medida, já temos anunciada estação intermodal para a área da estação ferroviária em Novelas- Penafiel, afinal a dita "revolução" chegou mas de forma tímida a Penafiel. -----

----- — O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boelhe: Deu os parabéns ao senhor Presidente da Câmara Municipal pelas obras que tem feito em ano e maio do seu mandato. Foram inaugurados relvados sintéticos, casas mortuárias, cemitérios e muitos mais, e em todas as freguesias do concelho, independentemente da sua cor política. -----



----- Disse que o senhor Presidente da Câmara era o orgulho de todos os penafidenses, nos que nele tinham votado e motivo de admiração pelos que nele não tinham votado. -----

----- Relativamente à tomada de posse tardia da oposição da Junta de Freguesia de Boelhe, disse que só agora falava no assunto porque tinha ficado triste, pois não tinha sido a sua oposição que não queria tomar posse, apenas seguiu as indicações do seu conselheiro para que não estarem presentes na cerimónia da tomada de posse. Passado todo este tempo, dava os parabéns à sua oposição pois têm feito uma oposição responsável e com dignidade. Passado todo aquele tempo, se a oposição pecava por algo, era por se exceder em elogios à Junta de Freguesia pelo seu trabalho. Referiu que na última Assembleia da Junta de Freguesia, os partidos da oposição apresentaram um tema pertinente, ou seja, referiam que o terreno onde estava implantado o centro escolar era um terreno comprado pela Junta; o terreno onde foi implantada a casa mortuária, não era da Câmara Municipal; terreno do cemitério foi adquirido pela Junta de Freguesia. Referiam também, que os lucros da venda da escola pela Câmara Municipal deviam ser partilhados com a Junta de Freguesia. -----

----- A oposição de Boelhe estava de parabéns porque, nas Assembleias de Freguesia, sítio onde se podiam manifestar eram responsáveis. Quanto ao seu conselheiro, achava que, ou estava zangado com a sua oposição ou não estavam em sintonia, uma vez que no sítio certo a oposição era a favor da freguesia.

----- — O senhor deputado Joaquim Silva: Agradeceu a todos por o terem ouvido durante alguns anos na defesa da construção do IC 35. Agradeceu a disponibilidade de todas as bancadas por terem abraçado a causa e aprovado a moção por unanimidade. -----

----- Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se a união de esforços dos partidos com assento na Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, gerou algum andamento, se já havia novidades ou se foi uma dor de “parto”, instantânea que pois passava. -----

----- — O senhor deputado Joaquim Ferraz: Disse que atendendo que estava em curso a revisão do PDM, no seguimento das suas anteriores intervenções sobre o sistema de captações de água de Duas Igrejas, alertou para que a Câmara Municipal de Penafiel, acautela-se zelosamente a protecção global daquele valiosíssimo recurso natural de reduzidos custos de manutenções e avultados proveitos para as finanças municipais. -----

----- — O senhor deputado Joaquim Lindoro: Referiu que na última sessão da Assembleia Municipal houve a palavra “perplexidade”, foi constante. Realmente tinham ficado perplexos com a perplexidade da oposição perante a luta justa do povo de Penafiel, pela defesa das suas vidas e dos seus familiares, no que se referia à construção do IC 35. Também tinham ficado perplexos com a perplexidade da oposição perante o projecto do Ponto C, muito aguardado pelos Penafidenses. -----

----- Estava agora perplexo pelo facto da oposição aceitar o aprofundamento das diferenças entre os portugueses de primeira, de segunda e de terceira. Era algo que o deixava muito surpreendido e

realmente perplexo porque não sabia como se podia reagir àquele tipo de atitude. Também ficava perplexo pelo facto de a oposição ignorar que a estação intermodal já estava prevista há muito tempo e não por causa da Lei de Apoio à Redução Tarifária dos Transportes, Leis essa, com objectivos muito apreciáveis mas a sua execução pecava por muitos defeitos, a começar por aumentar a desertificação que o país sofria de uma forma muito grave. -----

----- Referiu que nem sempre, na Assembleia Municipal ficava perplexo, pois na última sessão a recondução da maior parte do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, foi por todos elogiados. Não tinha ficado perplexo, porque os três elementos eram muito competentes, muito válidos e fazia todo o sentido que ficassem na actual administração. Lembrou, que desde do Conselho de Administração encabeçado pelo do senhor dr. Pereira de Magalhães, que nenhum Conselho de Administração tinha sido reconduzido em dois mandatos. A recondução era importante porque permitia que o Conselho de Administração que tinham planos, que conhecia a instituição e a região, pudesse levar a efeito e concretizar as ideias que tinha à medida que a sua experiência ia decorrendo. Felicitou o novo Conselho de Administração pela sua nomeação, desejando-lhe muitos sucesso e boa sorte porque seria bom para Penafiel e para todos os doentes e utentes da região do Vale do Sousa e Tâmega. Pela primeira vez acontecia que um Conselho de Administração tinha quatro, em cinco elementos da região e era altamente positivo que isso acontecesse. Elogiou a senhora Ministra da Saúde, dra. Marta Temido, pelo facto de ter resistido a muitos *lobbies* e agiu de uma forma muito racional. Esperava, que agora, a senhora Ministra da Saúde executasse a dotação orçamental para o centro hospitalar Tâmega e Sousa que estava prevista para 2019 e que não se esquecesse do hospital no plano de eficiência energética, que era de apenas 5 milhões de euros. Já estavam quatros hospitais aprovados e esperavam que o próximo fosse o hospital de Penafiel. -----

----- — O senhor deputado José Macedo: Reiterou que o monumento “Anta de Santa Marta”, também conhecido por “Dólmen da Portela” ou ainda por “Forno do Mouro”, monumento funerário constituído por sete esteios com uma laje superior, edificada durante o terceiro milénio (a.c) é, atendendo ao seu estado de conservação, um monumento megalítico de referência a nível mundial, projetando a região pelos quatro cantos do mundo. Releve-se que, desde 1910, que este monumento funerário está classificado como Monumento Nacional pelo IPPAR. -----

----- No entanto, mesmo sendo um monumento único na região, não tem sido acarinhado pela autarquia. Se nos deslocarmos ao local facilmente verificamos a falta de limpeza que envolve o monumento. Mais grave, ainda, é verificarmos que o acesso da estrada ao monumento é difícil e impossível para quem tenha algumas dificuldades de locomoção. Para quem pregou, durante anos a fio, a bandeira da “Mobilidade”, fica o município muito mal na fotografia. -----

----- Referiu que não deixava de ficar agradado quando verificava que os serviços do município afetos



ao ambiente procediam à limpeza e recolha dos resíduos verdes, faziam as podas das árvores, arbustos e outras plantas, procediam à manutenção dos caminhos, ruelas e quelhos existentes na freguesia de Penafiel. Ficou eu satisfeito, assim como os penafidelenses residentes e, sem qualquer dúvida, o executivo da Junta de Freguesia de Penafiel. Lamentou profundamente que nem sempre tenha sido assim. Perguntou qual a razão deste comportamento do Executivo uma vez que não ter o mesmo comportamento com o anterior executivo, que governou a freguesia no anterior mandato?-----

----- Relativamente à intervenção ali proferida pelo senhor deputado Joaquim Lindoro, disse que somente tinha para dizer que não se sentia nada perplexo com a sua perplexidade. Ao longo das suas intervenções, algumas delas tendenciosas, foram-se apercebendo das suas posições sobre muitas matérias e, em especial às medidas de cariz social lançadas pelo Partido Socialista, que os poderiam deixar perplexos. Mas não deixavam, e daí, sentar-se em bancadas diferentes e distintas. -----

----- Por fim, endereçou os meus parabéns ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo lançamento de mais um livro, fazendo votos que o mesmo fosse um sucesso. -----

----- O senhor deputado Pedro Barbosa: Disse que não podiam deixar de reconhecer a importância do protocolo assinado no passado dia 23 de março pelo nosso município para a criação do balcão de inclusão. Balcão, esse, que vai poder proporcionar informação especializada e acessível a todas as pessoas com deficiência ou incapacidade, assim como as famílias, organizações e todos aqueles que intervêm na área da deficiência. Como dizia uma sua amiga, que infelizmente se encontrava nessa condição, todos eram diferentes, mas todos tinham os mesmos direitos de ser iguais. Aquele equipamento vinha sem dúvida alguma fornecer uma melhor qualidade de vida para todos aqueles que por vezes possam pensar que são diferentes. -----

----- Deu nota, e naturalmente parabenizar o apoio que o município estava a dar ao dia Diocesano da Juventude do Porto que se iria realizar este fim de semana na cidade de Penafiel. Penafiel foi o concelho escolhido pela Diocese do Porto para receber mais de 2000 jovens de todo o distrito. Penafiel não foi escolhido por ser apenas o concelho mais bem referenciado do distrito, ou mesmo por serem os melhores em tudo que faziam, mas sim pelo apoio, dedicação e pelo contributo que a Câmara Municipal deu a toda organização. -----

----- Durante dois dias Penafiel, mais uma vez, ia ficar preenchido em todos os cantos da nossa cidade, por jovens que para além das condições que foram disponibilizadas pelo município para poderem fazer a sua oração, ter os seus momentos de animação e convívio. Iam também poder conhecer melhor a nossa terra, a nossa gastronomia, enfim tudo o que nos faz sentir orgulhosos de sermos penafidelenses. -----

----- Em seu nome e de todos os jovens, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Vereador do Pelouro da Juventude, por tudo que têm feito, e estava certo que continuariam a fazer, por uma melhor qualidade de vida dos munícipes, mas sobretudo por todos os jovens Penafidelenses. -----

-----**Terminadas as intervenções do período antes da ordem do dia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à discussão e votação a proposta de recomendação e os votos louvor acima transcritos.** -----

----- **Discussão e votação Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM.** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- — O senhor deputado Sousa Pinto: apresentou à mesa uma proposta/recomendação para a constituição de uma Comissão de Acompanhamento de Revisão ao PDM. E tais fundamentos resultam da importância que o PDM representa enquanto instrumento de gestão do território e ainda porque entendemos que o órgão assembleia municipal, deve ter um papel interventivo na evolução/ construção e discussão final. A ser aceite tal proposta, os vários partidos representados nesta assembleia municipal, contribuiriam para a produção deste instrumento de gestão municipal. E porque está o PDM em fase de debate e consulta pública, o Órgão Deliberativo, devia ter um papel, há semelhança do passado, embora esta proposta a ser hoje aceite já vai um pouco tarde face ao estado avançado em que o trabalho se encontra. -----

----- Posto à votação foram eleitos os seguintes membros para a Comissão de Acompanhamento da Revisão ao PDM: -----

----- — Coligação “Penafiel Quer”: Presidente da Junta de Freguesia de Boelhe e Ana Isabel de Freitas Lourenço; -----

----- — PS: João Carlos Baptista Couto Barbosa e Presidente da Junta de Freguesia de Capela; -----

----- — TOP- Tino de Rans: Cristiana Filipa Moreira da Silva. -----

----- Posto à votação, os votos de Louvor foram aprovados por unanimidade. -----

----- Encerrado o período antes da ordem do dia foi iniciado o período da ordem do dia. -----

-----**1.º Ponto – Aprovação da Ata das sessões anterior;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com os votos a favor dos senhores deputados Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Joaquim Luís Rocha e Silva, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Rui António dos Reis Lopes, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Bruno Rafael de Sousa Araújo, Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Gonçalves, Joaquim Fernando Bonifácio, António José de Sousa Pinto, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, José Manuel Salgueiro Macedo, Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva, Cristiana Filipa Moreira da Silva e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e

Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

**-----2.º Ponto – Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----**

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- — A senhora deputada Sofia Leal: Disse que havia valores que estavam subjacentes, empilhados e misturados com a cultura e com aquilo que se tem vindo a fazer no concelho de Penafiel.-----

----- Era do conhecimento público a requalificação do Mosteiro de Paço de Sousa, foi feita uma cerimónia comemorativa da conclusão das obras, no dia 7 de abril. Era um monumento com 11 séculos de existência, 11 séculos que estava a marcar a história de um povo e de um lugar, a história de Penafiel e de Portugal. Inspirar escritores e sobretudo a transmitir valores morais e sociais, como lealdade, altruísmo e a palavra de honra. Valores que na sociedade contemporânea andavam um pouco arredados das vivências atuais. -----

----- Não podia falar do Mosteiro de Paço Sousa sem referir a sua história e aquilo que aos penafidelenses dizia respeito. Os fundadores desse monumento estavam ligados ao aio dos pais de D. Afonso Henriques, D. Godo Trutesindo Galindes, e a sua mulher D. Aminia Sisnandus. Nobre da época eram reconhecidos por terem protegido o abade Radulfo, que na altura era perseguido pelas invasões muçulmanas e os monges beneditinos dava origem à estação daquela comunidade. -----

----- O exemplo de altruísmo foi transmitido Egas Moniz ao filho do casal, que mais tarde foi escolhido para aio de D. Afonso Henriques. Todos sabiam o que este fez ao Rei de Castela, D. Afonso VII, cujo os barões entre Douro e Minho não gostavam da sua forma de governar e estavam contra ele. -----

----- — O senhor deputado Nuno Araújo: Sublinhou a intervenção do senhor deputado Joaquim Lindoro sobre a renomeação do Conselho de Administração do Centro Hospital Tâmega e Sousa, dizendo que de facto era um prémio justo, aquele conjunto de pessoas a serem reconduzidos na frente daquele hospital tão importante para a região, mas a sua recondução, mais do que saber a sua cor política ou onde residiam era completamente irrelevante para o trabalho que têm que fazer à frente dos destinos desse centro hospitalar. O importante era os resultados que atingiram sendo que esses resultados acabaram por ser premiados pelo Governo. -----

----- Deu nota que a política seguida pelo hospital e os resultados conseguidos eram orientação do Governo, pois, no decorrer dos últimos quatro anos de mandato, aumentou o investimento, ou seja, passaram de um orçamento de 75 para 100 milhões de euros. Aumentou o número de profissionais e como tal, aumentou a capacidade do hospital que têm vindo a ser premiado ao longo dos últimos anos.

Permitia, também ao Conselho de Administração, recuperar de um atraso dos quatro anos anteriores, que por força de um desinvestimento no setor da saúde, tinha colocado o hospital em grandes dificuldades. A renomeação era um reconhecimento que havia um alinhamento entre o Conselho de Administração e o Governo, era um sinal que a política seguida pelo Governo estava a trazer resultados positivos para a região. Ficava satisfeito quando a bancada da coligação "Penafiel Quer" ia aquele fórum elogiar os resultados, o trabalho e as pessoas atualmente lideravam os destinos do Hospital. -----

----- Solicitou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que de agora em diante, verificasse a documentação, antes de ser enviada, uma vez que havia assuntos que decorriam da Lei e eram obrigatório dar conhecimento naquele órgão, e de forma reiterada que havia ausência de informação nos documentos apresentados. Já na sessão anterior teve oportunidade de mencionar que na parte da informação financeira faltavam elementos e desafiou o senhor Presidente da Câmara Municipal a dizer os valores, sendo que este não tinha presente de momento. Manifestou a sua estranheza e perplexidade pelo facto de não conhecer os valores, e como na presente sessão estava presente o senhor Diretor com responsabilidade financeira que certamente os podia elucidar. Mais uma vez, nos presentes documentos, voltava a ser colocar o ativo do município mas não o passivo. A desculpa da última vez, foi que houve um lapso, agora acontecia o mesmo. Por isso voltava a questionar qual o valor das dívidas vencidas com mais de 90 dias, dívidas não vencidas, disponibilidade de tesouraria, saldo de gerência e saldos médios de pagamentos. -----

----- Relativamente à cultura, também nos documentos estava omissa a questão do Ponto C. Referiu que o projeto do Ponto C, foi apresentado na cerimónia das comemorações do 3 de Março, e de facto era um equipamento já há muito tempo necessitado pelos penafidelenses, que sucessivos executivos municipais vinham idealizando, encontrando formas de financiamento, havia boa vontade de todos, mas a necessidade não devia ultrapassar determinado tipo de coisas. Um equipamento daquela importância e envergadura, devia ser acompanhado de um programa funcional. Um programa funcional tinha que ser feito com os que iram usufruir desse mesmo equipamento, ou seja, os artistas plásticos, os pintores, o teatro, as bandas de música, aos ranchos folclóricos entre outros, devia ter sido chamados a participar num programa funcional. Se queriam que um equipamento servisse as instituições, associações e coletividades deveria ser mais participado para que se pudessem perceber o que poderia acontecer naquele espaço. -----

----- — O senhor deputado Joaquim Lindoro: Lamentava que o senhor deputado Nuno Araújo tivesse ali tirado partido, de um elogio que tinha sido feito a uma única atitude da senhora Ministra da Saúde e tenha pretendido que a cirurgia tenha sido extensiva a todas as atitudes do Governo, uma vez que era um abuso daquilo que disse na sua intervenção. Achava, o senhor deputado, que a falta de medicamentos nas farmácias portuguesas era boa governação? Achava que as queixas justas dos



enfermeiros eram produto de boa governação? -----

----- Disse que se tinha referido apenas à renomeação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar. Infelizmente no que se refere à saúde o Governo tem dado muitos tiros nos pés. Recusava que o senhor deputado usasse a sua intervenção para fazer apologia do Governo. -----

----- — O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que tinha dificuldade em perceber o porquê de estar ali a ser interrogado pelo senhor deputado Joaquim Lindoro, uma vez que o objetivo daquele órgão era para interrogar a Câmara Municipal. Em todo caso era fácil estabelecer aquela relação, pois se havia um Conselho de Administração que tinha bons resultados, obviamente que isso devia-se às orientações dadas pelo Governo, porque a política que era seguida era aquela que estava no programa do Governo e essa tem trazido resultados. Tinham a prova nos quatro anos que antecederam o atual Conselho de Administração, porque esses foram desastrosos e nada teve a ver com as pessoas que faziam parte do Conselho de Administração de então, mas sim com a política que o Governo da altura seguia, de cortes e mais corte, empobrecendo o Sistema Nacional de Saúde, empurrando muitos dos cidadãos para o sistema privado. -----

----- — O senhor deputado Rui Lopes: Disse que como cidadão de marca branca, porque achava que valia o mesmo que um cidadão lisboeta, sendo que era vendido a 4 euros enquanto um lisboeta era vendido a 27 euros. -----

----- Relativamente à mobilidade constante na informação escrita do senhor Presidente, e depois de ouvir algumas intervenções sobre a existência de um “revolução”, faltava no documento alguma informação no setor da mobilidade. Disse que esperava ver anúncios de investimentos de metropolitano na CIM Tâmega e Sousa, de mais e melhores carreiras e autocarros, mas isso não constava. Constava simplesmente um ponto que dizia: “ Apoio técnico no Projeto de Reestruturação da Rede Pública de Transporte de Passageiros da CIM do Tâmega e Sousa - Autoridade Transportes.” Questionou o senhor Presidente da Câmara se os podia esclarecer que investimentos é que iriam ter, pois sabia se fosse cidadão de Lisboa ou do Porto podia ter-se deslocado para a Assembleia Municipal de metro ou de autocarro. Disse que tinha vindo para a Assembleia de carro, com três lugares vagos porque não existia transportes públicos. Gostava de saber se as verbas que o Estado vai disponibilizar à CIM as verbas que disponibiliza nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto para transportes públicos. -----

----- — A senhora deputada Ana Lourenço: Como era do conhecimento de todos, o ambiente deverá ser um instrumento de gestão fundamental para as autarquias para a construção de um futuro sustentável. Mais do que teorias é fundamental que na prática se criam processos para otimizar os recursos disponíveis porque o mundo em que vivemos não tem recursos inesgotáveis. É fundamental agir local para melhorar todo o ambiente. -----

----- Em Penafiel, verificaram que a autarquia tem tido uma crescente preocupação nesta área. As

últimas informações escritas prestadas a esta Assembleia têm apresentado taxas de reciclagem crescentes e em linha com os outros municípios do país e foram também apresentadas medidas com vista à redução de água nos edifícios e espaços públicos. -----

----- É fundamental que a autarquia continue a investir em programas para a sustentabilidade ambiental e neste sentido, a bancada da Coligação Penafiel Quer enaltece as ações de sensibilização ambiental realizadas.-----

----- É com satisfação que assistimos à comemoração do Dia Mundial da Água junto dos mais jovens. A criação de uma mascote permite alertar a comunidade de uma forma lúdica alerta a comunidade para a importância da água e do consumo de água da torneira. É importante recordar que a qualidade da água de torneira para consumo humano no concelho de Penafiel foi classificada de 100% segura pelo segundo ano consecutivo de acordo com o relatório anual sobre o Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano, realizado pela ERSAR. Enaltecemos também a entrega das canecas de vidro para consciencializar os mais jovens para a redução do consumo de água engarrafada por plástico. Acreditamos que a adoção de atitudes mais sustentáveis nos mais jovens influenciará também os seus familiares e todos juntos será mais fácil contribuir para um melhor ambiente.-----

----- Ainda nessa matéria, e muito importante, deixar uma nota e saudar a autarquia e a Penafiel Verde por subscrever a “Declaração do Porto sobre a Agenda Urbana da Água 2030”. Em Portugal, além do nosso concelho apenas Porto e Lisboa aceitaram este desafio e responsabilidade para acelerar a implementação de políticas e práticas com vista à gestão sustentável da água que contribua para o cumprimento dos objetivos da União Europeia em matéria de política da água. Temos a certeza de que os penafidelenses e o nosso meio ambiente em muito beneficiarão com a realização destas práticas.-----

----- Para terminar, queremos sublinhar a conferência internacional sobre mobilidade, desenvolvimento sustentável, turismo e gestão de risco. Penafiel recebeu no passado dia 10 de abril vários oradores, tais como reitores de universidades e académicos que refletiram sobre a promoção de modelos económicos sustentáveis. A realização deste evento na nossa cidade, em parcerias com as universidades, politécnicos e outras associações deve encher-nos de orgulho, porque normalmente apenas são realizados nas áreas metropolitanas e mais uma vez prova que Penafiel é uma solução para a realização de grandes iniciativas.

Concluiu que, Penafiel era um concelho amigo das famílias em matéria social e estava a caminhar para ser também um concelho amigo das famílias em matéria ambiental.-----

----- — O senhor Presidente da Câmara Municipal: Começou por referir o Programa de Apoio à Redução Tarifária, concordando com muito que ali tinha sido dito, porque era uma ideia boa, contudo não se revia em algumas das referências ali proferidas. Era uma ideia positiva porque tinham que fazer algo para promover a utilização do transporte público. Portugal estava muito aquém das metas estabelecidas a nível comunitário e o caminho tinha que ser feito de forma célere porque o mundo estava numa mudança



permanente e constante e esse era um tema que devia mobilizar a todos. Só tornando os transportes públicos mais acessíveis é que iam ter mobilizada a comunidade para os utilizar. O facto de ser uma boa ideia não significava que tenha tido ou tivesse a ter uma boa concretização. Efectivamente aquela boa ideia pecava por vários erros na forma como estava a ser executada e deixava-os apreensivos relativamente ao futuro. Não era uma preocupação apenas sua ou do município de Penafiel, mas uma preocupação que tem sido partilhada por muitos autarcas do País. Ouve uma extraordinária pressa e um grande frenesim em apresentar a ideia e fazer diversas apresentações, mas o trabalho de casa em grande mediada estava por fazer. E quando viam anunciar as datas de início do programa, os que estavam envolvido directamente no tema, sabiam que havia muito trabalho para concretizar e todo o frenesim inicial criava, agora maior dificuldade às Comunidades Intermunicipais nas negociações que tinham que fazer. Valia mais um pouco de parcimónia na feitura do trabalho de casa e só depois dar visibilidade ao projeto. -----

----- A questão do apoio que estava a ser dado às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as 22 CIM do país, Lisboa levava a fatia maior e não era por ter mais habitante, pois o ter mais habitantes tinha que ser devidamente tido em conta na fórmula de distribuição do apoio. O problema era que cada habitante da área metropolitana era apoiado com 27 euros e cada habitante da CIM Tâmega e Sousa era apoiado com 4 euros, sendo esta, das 22, que tinha maior apoio, estado as outras em pior situação. Achavam, que o programa que tinha méritos, podia contribuir para a coesão território de que tanto se falava e o que ia acontecer era que ia provocar uma maior assimetria entre as áreas metropolitanas e em particular Lisboa, porque recebia mais sozinha do que todos os outros municípios do país e desse ponto de vista não era positivo o que estava acontecer e por isso é que estavam a ter alguns problemas em concreto na CIM Tâmega e Sousa. Tinha uma questão de fronteira com a área metropolitana do Porto e que tinha condições, estavam a trabalhar e ia acontecer a partir do dia 1 de maio, iam ter os passes, tal como estava previsto, 30 euros dentro do município, a 40 euros os intermunicipais e inter-regionais, mas o que fazia sentido era que pudessem também o passe da CIM estar articulado com o andante. Não lhes parecia bem, nem ninguém dos presentes concordaria que um penafidelense tivesse que ir a Paredes tirar o passe para poder depois usar o andante. Estavam a fazer um trabalho muito esforçado para ultrapassar essa circunstância para que o passe da CIM, pudesse também ser utilizado na área metropolitana do Porto, porque era isso fazia sentido, mas com a verba tão curta tornava-se mais difícil aquele exercício.-- A apreensão que sentia, à semelhança de outros senhores Presidentes de Câmara, era que este ano o contributo dos municípios era de 2,5%. Seria que era por ser o ano que era, ou seria que efectivamente o Governo queria que todos ao municípios aderissem. No caso de Penafiel, com os números atuais, era de 2,5% de 500 mil euros, verba prevista para o município e tinha a ver com o número de utentes do concelho. Para o próximo ano já era de 10%, ou seja 50 mil euros que ainda assim era suportável. Em

2021 já eram 20%, 100 mil euros e a seguir não sabiam. A única coisa que sabiam era que aquelas medidas dificilmente tinham retorno e o que podia acontecer era que os municípios é que iam ficar com a “criança no braço” para resolver. Esperava estar errado e que efectivamente se criassem condições no futuro para uma estabilidade que permita aos municípios não ficarem sufocados nesse compromisso financeiros, quer o do PART quer o de transferências de competências e os municípios ficassem sem qualquer margem de manobra para as suas funções, concretamente para atenderem às necessidades das suas comunidades. -----

----- Relativamente ao INTERFACE, a Estação Multimodal, disse que o senhor deputado Sousa Pinto tem prestado pouca atenção aos documentos que se iam aprovando na Assembleia Municipal, porque a questão da Interface, já desde 2015 que constava do PEDU, quando negociaram o Plano Estratégico do Desenvolvimento Urbano a questão do INTERFACE foi assegurada e por isso o financiamento estava assegurado e por isso o financiamento estava previsto nesse documento, e pelo menos desde 2017 integrava os planos de actividades para o presente mandato. Não tinham tomado essa decisão pelo facto de ter surgido o Programa de Apoio à Redução Tarifária. Era uma circunstância feliz porque o INTERFACE com um programa que apoiava a redução tarifária dava muito mais envolvimento à comunidade e tornava mais apelativa a questão dos transportes públicos e concretamente aquela intermodalidade do comboio com o autocarro. Tinham como objectivo lançar o concurso no presente ano e poder depois desenvolver o projeto. -----

----- No que concerne ao tema referido pelo senhor deputado Joaquim Silva abordou um tema recorrente, o tema do IC 35, disse que a CIM Tâmega e Sousa, decidiu solicitar uma reunião ao senhor Ministro do Planeamento. Entendeu que nesta fase do Governo não há tempo para estados de graça e o senhor Ministro nesta altura já tem que estar em condições de tomar decisões no seu Ministério. Essa reunião ia acontecer brevemente e nessa altura, da parte do senhor Ministro ter algumas respostas e esclarecimentos sobre as preocupações no que dizia respeito ao IC 35. -----

----- Atualmente, tem reunido, de forma mais regular, com responsáveis das Infraestruturas de Portugal e podia adiantar que por exemplo na EN 106 iria ser feitas algumas obras que pretendiam melhorar as condições de segurança. Por exemplo, na Vila só iam ter uma intervenção que pretendia aumentar os passeios, criar melhores condições de acessibilidade e com mais segurança. Em Cabeça Santa, no cruzamento que infelizmente tem dado origem a muitos acidentes. Tem havido maior presença no concelho de Penafiel de responsáveis das Infraestruturas de Portugal e têm manifestado essa maior disponibilidade para trabalhar pelo menos no domínio da segurança da EN 106. O esforço que todas têm feito e as intervenções que todos procuravam fazer, e de acordo com as suas disponibilidades, nos fóruns em que participavam, sensibilizar o Governo estava a ter alguns resultados positivos. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor deputado Joaquim Ferraz disse que naturalmente tinham



uma preocupação muito grande com as questões da captação de água em Perafita. A Penafiel Verde EM, já tinha feito uma intervenção para limpar e melhorar a área envolvente. Era um património muito importante e tinham que acautelar e salvaguardar. -----

----- A Anta de Santa Marta, referida na intervenção do senhor deputado José Macedo, disse que iam ver exactamente o que se passava para criarem as melhores condições de acessibilidade nesse monumento tão antigo e relevante do Concelho. -----

----- O senhor deputado Joaquim Lindoro deixou algumas reflexões e um voto de felicitação ao novo Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, ao qual também se associava. O sucesso Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa era um sucesso que era importante para todos os que faziam parte da sua área de intervenção. Desejam que continuassem a fazer um bom trabalho e que tivessem recursos para puderem fazer ainda mais e melhor. -----

----- O senhor deputado Pedro Barbosa que ali fez várias referências importantes, nomeadamente o protocolo que o município celebrou com o Instituto Nacional para a Inclusão. O balcão para a Inclusão vai ter funções muito importantes, desde logo ao nível da informação que vai prestar aos concidadãos em situação de dificuldade que tenham algum problema de deficiência ou por outra circunstância que necessitassem de um apoio especial. Aquele balcão vai disponibilizar informação verbal e também por outros meios que permitiam acesso à informação sem transtornos de maior. O balcão também tinha uma outra função importante, o da mediação quer com organismos públicos quer com instituições privadas. Infelizmente nem sempre os direitos das pessoas com deficiência eram devidamente protegido, acautelados e acima de tudo respeitados. O protocolo que assinaram para inclusão social era uma acção que muito os orgulhava e foi uma acção que teve um envolvimento especial de um grupo de concidadãos penafidelenses portadores de deficiência que se mobilizaram para criarem uma associação que tinha o objectivo de lutar pelos seus direitos, chamar atenção da comunidade e da sociedade em geral para essas circunstâncias. -----

----- O dia Diocesano da Juventude que ia acontecer em Penafiel, com mais de 2 mil jovens da diocese do Porto que iriam participar em muitas actividades e acima de tudo iam trazer para Penafiel a dinâmica e alegria e colorido que os jovens sempre traziam em qualquer acção em que se envolviam. -----

----- A senhora deputada Sofia Leal numa intervenção muito profunda referiu a requalificação do mosteiro de Paço de Sousa indo à sua origem e à importância de esse que era um dos monumentos mais emblemático que a Rota Românico tinha não só para Penafiel mas também para toda a região. Foi um processo complicado, passou por vários quadros comunitários e felizmente foi possível ver a obra concretizada e finalmente inaugurada. Um investimento muito significativo, cerca de meio milhões de euros, o maior investimento feito num monumento da Rota do Românico, com fundos comunitários e naturalmente com a comparticipação do município na componente nacional. Foi uma cerimónia muito

digna num momento verdadeiramente especial desse monumento que era a jóia da coroa da rota do Românico. -----

----- Quanto à cerimónia do 3 de Março, disse que têm procurado ao longo dos últimos anos dedicar uma tenção especial a um tema e este ano o tema foi a protecção civil, infelizmente e pelas piores razões. A protecção civil e o socorro têm estado mais na ordem do dia nos últimos tempos e por isso quiseram de alguma forma mostrar o reconhecimento que têm pelos bombeiros, eles que eram o pilar fundamental da protecção civil e do socorro mas também pelo INEM. Daí as homenagens que foram feitas, as distinções honoríficas que foram conferidas e que tiveram precisamente opor destinatários Comandantes e Presidentes de corporações de bombeiros do concelho de Penafiel e técnicos do IMEM que entenderam que tinham feito um trabalho especialmente importante e relevante nessa área no domínio do socorro e da protecção civil.-----

----- Na área da cultura, a 12.ª segunda festa do cinema italiano, disse que foi um festival dedicado ao cinema italiano independentemente dos gostos de cada um, o importante é que houvesse oferta e acima de tudo que o concelho de Penafiel fizesse parte do roteiro dos grandes roteiros culturais. Era bom verificarem que a 12.ª festa do cinema italiano arrancou no passado dia 5 de Abril em Lisboa, que ia passar por algumas poucas cidades do país, ia passar em Penafiel. Longe iriam os tempos em que o percurso seria feito pelo litoral e pelas capitais de distrito. -----

----- Relativamente à questão abordada pelo senhor deputado Nuno Araújo, sobre a situação financeira, disse que perguntou ao senhor Diretor do Departamento que lhe disse que a informação financeira, que fazia parte da informação escrita era no essencial a que tinha vindo sempre ao longo dos anos e a que de resto a Lei determina que conste. Constava ao nível da gestão orçamental financeira e patrimonial; ao nível do envolvimento dos procedimentos contabilísticos; ao nível da gestão de fundos comunitários; ao nível da contratação pública. Depois os anexos do ativo bruto e mapa de resumo da execução da receita e da despesa. Disse que os números estavam nos documentos bem como toda a informação plasmada. Podiam, eventualmente em próximas informações trazer num modelo diferente e mais facilmente legível. -----

----- O senhor deputado Rui Lopes referiu o apoio técnico no projeto de reestruturação na rede pública de transportes da CIM, disse que era um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo gabinete da Mobilidade integrado na Divisão de Planeamento e Projeto e que significava, não que se ia ter mais autocarros novos ou uma linha de metro, mas que o município de Penafiel tem estado a trabalhar de próxima, muito ativa e empenhada com a CIM que era a autoridade de transportes da região. A parte das competências que cabiam ao Instituto da Mobilidade e Transportes foram transferidas para as Comunidades Intermunicipais e por tanto tinha, a Câmara Municipal, junto e em conjunto trabalhar aquele tema para que os concursos que iriam ser lançados, para que as carreiras dos transportes tenham

em conta todos os interesses e todas as preocupações do município. Por exemplo, em Rio Mau e Sebolido que tinham aquele problema com os autocarros da Gondomarenses que chegaram a Sebolido e paravam, e por aquela via da CIM, autoridade de transportes iam criar condições para que eles chegassem pelo menos até às Termas de S. Vicente, sob pena se não o fizerem terem carreiras não licenciadas.-----

----- Disse que a intervenção da senhora deputado Ana Lourenço, fechou o período de intervenções com chave de ouro. Tinha que ser uma deputada jovem a levar os temas que atualmente estavam na ordem do dia e que mobilizavam os jovens. O que tinham assistido recentemente com as escolas secundárias, do 1.º e 2.º ciclo a mobilizarem-se no país, nas cidades, na Europa à volta do ambiente, era extraordinário. Acreditava que, agora, a mudança ia ter que acontecer, enquanto foi uma questão no âmbito das agências de ecologistas, ou dos fundamentalistas e radicais das associações ambientais nunca acreditou. Se os jovens querem e quando queriam as coisas aconteciam e por isso em Penafiel procuravam também acompanhar e tem feito muitas acções de sensibilização sobretudo direccionadas para os jovens. A Penafiel Verde EM, sobretudo, mais no domínio dos recursos da água mas tem sido feito várias acções. -----

----- Referiu duas acções que ocorreram recentemente a eram muito importantes: o facto de Penafiel, a par do Porto e Lisboa, serem os três únicos municípios do país a subscrever a Declaração do Porto sobre a Agenda Urbana da Água 2030. Era um conjunto de objectivos, compromisso e metas que queriam atingir e ficaram, lado a lado com cidades como Eindhoven, Copenhaga, Amsterdão, Paris e Estocolmo. Era um daqueles momentos que os penafidelenses se deviam sentir orgulhosos pelo trabalho que estava a ser desenvolvido. -----

----- O Meeting Ibérico que teve lugar no dia 10 de abril sobre Mobilidade, Desenvolvimento Sustentável, Turismo e Gestão de Risco, todas questões entroncada pois não havia desenvolvimento sustentável sem resolverem as questões da mobilidade e turismo sem serem também sustentável. A gestão de risco, ultimamente, infelizmente tem-se assistido a eventos que nem imaginavam verem acontecer, catástrofes que se vão repetindo, os ciclones, furações, cheias, inundações e secas prolongadas e isso era tudo sequelas dos danos ambientais que infelizmente as gerações anteriores têm vindo a fazer. Nos últimos 100 anos causamos mais danos ao ambiente do que nos anteriores séculos todos. Aquele Meeting Ibérico trouxe a Penafiel alguns dos mais competentes oradores sobre aqueles temas e que veio reflectir com a população. Mais uma vez, Penafiel, furou a hegemonia das grandes cidades, das áreas metropolitanas e capitais de distrito. Conclui dizendo que iam continuar a trabalhar naqueles temas porque eles eram muito importantes e eram o futuro. -----

----- — O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que as questões que colocou sobre a informação financeira foram muito concretas e era só autorizar que o senhor Diretor do Departamento responder às questões colocadas, ou seja, qual o valor das dívidas vencidas com mais de 90 dias, dívidas não vencidas,



disponibilidade de tesouraria, saldo de gerência e saldos médios de pagamentos. Disse que por mais pequenina que estivesse a letra e os números na informação não consegui ver essa informação.-----

----- A propósito do PAT, disse que concordava com o senhor deputado Sousa Pinto quando disse que era uma medida revolucionária. Era revolucionária porque ia permitir aos concidadãos acederem aos transportes públicos. Ao contrário do que o senhor Presidente da Câmara disse que não conseguia ver o retorno daquela medida, explicou que haveria retorno sim, o retorno social, ambiental e económico. Podiam esmiuçar cada uma daquelas dimensões e veriam havia de facto retorno pela redução dos preços dos transportes e implicava a criação de mais carreiras por parte da CIM. -----

----- Na sua opinião, as condições dos penafidenses iam melhorar ou piorar. Não valia a pena ir ali viabilizar, enganar a comunicação social e os senhores deputados e tentar ludibria-los com informação que não era explícita. Disse que esteve em algumas sessões de apresentação das medidas e não ouviu nenhum autarca a fazer críticas sobre elas. O autarca de Penafiel, do PSD/CDS-PP, foi o único a que ouviu criticar publicamente aquela medida. Ao contrário do que o senhor Presidente disse, aquela não foi uma medida feita à pressa, porque há mais de um ano que se discutia aquele assunto e foi público numa cerimónia apadrinhada pelo senhor Presidente da República. -----

----- — O senhor deputado Luís Guimarães: Disse que de muito o que tem escutado naquela sessão parecia que por vezes não viviam todos no mesmo concelho pois era tanta a falta de memória e a pouca honestidade intelectual que por vezes parecia que a confabulação era muito própria de quem da coligação PSD/ CDS-PP levava ali alguns assuntos. -----

----- Relativamente à cultura viram ali argumentar e bem a requalificação do mosteiro de Paço de Sousa perguntou qual a argumentação do senhor Presidente da Câmara Municipal por não ter feito, ou se fez que o assumisse, nada relativamente ao mosteiro de Bustelo. Da última vez que o grupo municipal do PS ali levou aquele assunto e apresentou uma proposta de recomendação de criação de uma estratégia para a requalificação do mosteiro de Bustelo e do seu património, a mesma foi chumbada por quem hoje foi ali argumentar a favor da requalificação do mosteiro de Paço de Sousa, gostava de saber qual a posição do senhor Presidente da Câmara relativamente a esse assunto. -----

----- Sabiam que de boas intenções estava o inferno cheio pois tinham um balcão de inclusão social inaugurado há pouco tempo, e continuavam a ter um edifício da Câmara Municipal que se algum cidadão portador de deficiência quisesse entrar no edifício e inclusive dirigir-se ao gabinete do senhor Presidente para reunir, a única hipótese que tinha era de ser levado em braços. Perguntou, à semelhança da inauguração do Balcão de Inclusão, quando é que pretendia inaugurar a verdadeira mobilidade na Câmara Municipal. -----

----- — O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que a bancada do PS tinha sempre dificuldade em interpretar os momentos certos das intervenções, mas mesmo assim procurava sempre corresponder

e esclarecer. -----

----- Referiu que não tinham compreendido as suas palavras pois não disse em nenhum que o Programa de Apoio à Redução Tarifária que não era bom, aliás começou a sua intervenção por dizer que era uma ideia positiva, era um programa com méritos. A diferença era que tinha pela circunstância de exercer a função de Presidente da Câmara que olhar de forma objetiva para as medidas que vão sendo criadas, e acima de tudo ver o que é bom ou não para o concelho, seja de que Governo for ou instituição. Compreendia que o senhor deputado Nuno Araújo estava numa função diferente e por isso ficava com uma visão um pouco mais focada apenas e só na prestativa do Governo porque o tinha que defender. ----

----- Ali, procurou sublinhar que a medida era boa, que podia ter sido melhor executada e que tinha riscos para o futuro. Qualquer um dos senhores deputados que analisa-se a forma como tudo aquilo tem acontecido e o que estava previsto na Lei, concordava com o que tinha dito. -----

----- Disse que a população de Rio Mau e Sebolido, pelo facto de se encontrar geograficamente naquela localização era a que mais ia beneficiar do PART. Os passes que tinham que tirar para irem para o Porto que custavam mais de 120 euros iam ter uma poupança de cerca de 80 euros mensais, o que era muito positivo. Agora, o que queriam era que esse passe que já ia ter essa redução, permitisse chegar ao Porto e ter uma articulação perfeita com o andante. Isto não dizer mal nem diabolizar a medida, mas sim olhar com objetividade para as fragilidades que ela ainda tinha e que esperam que pudessem vir a ser melhoradas. -----

----- Disse que ainda na última reunião da CIM, todas aquelas questões foram refletivas de forma objetiva por todos os senhores Presidentes de Câmara, tanto os que eram do PS, como os que não eram, pois todos tinham as preocupações que acabou de referir, quer de uma maior coesão territorial quer como uma maior justiça social bem como as questões financeiros dos respetivos municípios. -----

----- Referiu que já tinham saudades das artimanhas do senhor Deputado Luís Guimarães para puder furar o sistema. Relativamente ao Mosteiro de Paço de Sousa, como já tinha sido referido a inauguração foi no passado dia 7 de abril, e foi um processo longo e complexo que viu agora o seu culminar. O Mosteiro de Bustelo é uma circunstância diferente, não integrava a Rota do Românico e portanto tinham que ser encontrados mecanismos para poderem também acudir às muitas patologias nele existente. ----

----- Informou que aproveitou a circunstância de ter na cerimónia o senhor Bispo do Porto, D. Manuel que era o dono do mosteiro e também aproveitou o facto de ter na cerimónia presente o senhor Diretor Regional da Cultura do Norte, o sr. Dr. António Ponte, que é a entidade que classificou o Mosteiro. Aproveitou o facto de estarem ambos, e têm responsabilidade direta na intervenção e a representante da Comissão da Coordenação da Região Norte, para dar nota da preocupação com aquele equipamento. Noa podia ir a Câmara Municipal de Penafiel substituir-se ao Estado numa responsabilidade que lhe cabia, porque o município não tinha os milhões que eram necessários para fazer a obra, nem iam retirar das

competências municipais verbas para se substituírem à Igreja e ao Estado.-----

----- — O senhor deputado Nuno Araújo: Ponto de ordem à mesa dizendo que não havia da bancada do grupo municipal do PS, nem de nenhum dos seus membros a intenção de abusar das figuras regimentais, pois a interpretação era aquela que estava subjacente à forma da qual a mesa tem conduzido os trabalhos, que tem dado espaço para o debate político. Se o senhor Presidente interpretou da forma como disse em nome da sua bancada pedia desculpa. Recordou que o papel da Mesa não era só a condução dos trabalhos mas também garantir que a documentação que solicitavam bem como a que era obrigatória por força da Lei, chegasse a todos os que a solicitavam.-----

----- Disse que o senhor Presidente tinha o direito de conduzir os trabalhos da forma que assim o entendesse, no entanto pedia que continuasse a conduzir pelo menos da forma que tem vindo a fazer porque permitia debater e dialogar e não havia necessidade de outro tipo de forma nem nenhuma artimanha por parte do PS, pois o que pretendiam era tentar esclarecer e debater e aprofundar os assuntos bem como questionar a Câmara Municipal.-----

----- — O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Disse que a Mesa para além de conduzir os trabalhos quer permitir e contribuir para que aquele órgão tenha a dignidade que ele e os penafidenses mereciam que era o órgão onde se podia fazer publicamente, com mais abertura e com a presença da comunicação social o debate político. A Mesa procuraria, sempre, e em todo as circunstâncias assegurar que isso fosse garantido porque era o princípio democrático que estava subjacente à Assembleia Municipal. -----

----- **3.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal dos documentos de Prestação de Contas de 2018 e Aplicação de Resultados do Exercício de 2018, do Município de Penafiel, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- — O senhor deputado Sousa Pinto: Na análise dos documentos, relatório de gestão 2018, comparativamente com os demais anos, os valores das despesas em anos eleitorais disparam e nos anos seguintes desciam ligeiramente. Quanto ao esforço que a Câmara Municipal tem vindo a fazer para reduzir o passivo, essa redução tem sido diminuta e tem sido interrompido pelos ciclos eleitorais, pois continuamos a verificar que nos pagamentos em atraso, relatório de gestão na página 21 continuavam a vir destacado que "*... o atraso em pagamentos no o ano 2017 levou a redução das transferências do orçamento de estado no montante equivalente ao valor da redução em falta no valor de 975.057.42 euros, e esta redução e efetuada através da retenção mensal de 10% das transferências ... tendo sido retidos 237,338 euros.*" e igual procedimento e referido para o ano de 2018 e 2019 na página 22. Ou seja, a Câmara apesar do esforço ainda não esta a conseguir atingir aquilo que eram as suas obrigações

legais de pagamento, sobre este assunto está claro no relatório. -----

----- Em relação aos tempos médios de pagamento, no 4º trimestre de 2017, nos dados da DGAL, Penafiel tinha o valor médio de pagamento de 163 dias no atraso do pagamento a fornecedores. Em 2018 o 1º trimestre era de 187 dias, no 2º trimestre eram de 238 dias e o 3º trimestre era de 259 dias. Isto significa que se estava a assistir a um agravamento da situação, estavam a reduzir o passivo mas estavam a aumentar o prazo medio de pagamento a fornecedores. -----

----- Esses atrasos e o agravamento no prazo médio de pagamento aos fornecedores, tem muitas implicações nas empresas que prestaram os seus serviços ao município. Também refere que numa lista de municípios devedores em termos nacionais, Penafiel tinha a posição de 27.º, cuja média de dias de atraso no pagamento a fornecedores era de 259 dias, mas por curiosidade Paços de Ferreira e Paredes eram concelho com grandes dificuldades, estavam na lista dos devedores mas ocupavam as posições 25 e 26 sucessivamente. Isto significava que estando os três concelho na mesma linha, apesar de Penafiel estar um pouco melhor não era essa uma distância muito significativa. -----

----- Também refere, que se tem vindo a verificar um aumento no total de receita do Municípios, de 32, 8 milhões em 2016, passou para 35 milhões de euros em 2018, um acréscimo de cerca de 3 milhões de euros, que tem sido verificado ao nível das transferências obrigatórias do poder central significando assim uma maior receita para fazer face aos compromissos municipais e esses valores também refletem o cumprimento da lei por parte do poder central. -----

----- Face a esse acréscimo de receita seria espectável que houvesse um reforço no valor de transferência a efetuar paras as Juntas de Freguesia, cujo valor se mantem nos 922 mil euros já atribuídos à muitos anos sem a respetiva atualização o que seria o mínimo a exigir por forma a dignificar a autonomia e a legitimidade dos eleitos nas juntas de freguesia, ora o que não é atualizado para nas receitas para as Juntas freguesias é reforçado nas outras entidades- financiadora transferência corrente de despesa. Essa injustiça a ser reparada concretizava a legitimação e a autonomia e realização do Poder Local. - -----

----- — O senhor deputado Carlos Pinto: Realçavam ali mais uma vez as contas que lhes eram apresentadas, o seu trajeto e a circunstância que deviam realçar de que há naquele exercício, que agora findou, uma redução de 5 milhões de euros da dívida de curto prazo, a que acresce, e era normal, uma redução de um milhão de euros de médio e longo prazo porque este resultava das amortizações que iam acontecendo ciclicamente. Em 2018 o município de Penafiel teve uma redução do seu passivo de 6 milhões de euros, em que esse facto ficaria para a história, pois era indesmentível e cristalino. Isso significava, para aqueles que vêm propagando de que a Câmara Municipal de Penafiel não pagava, que insistia em manter uma situação de despesismo, vinha apenas dizer que de facto que as dívidas da autarquia eram para assumir e para serem pagas e estavam a ser pagas, e portanto o senhor Presidente

da Câmara Municipal de Penafiel estava no bom caminho. Era evidente que, à falta de melhor, haveria de alguém que iria ao púlpito dizer que a dívida de curto prazo era mais era mais do que um euro e portanto a Câmara estava com uma dívida muito significativa. Recordou o tempo do mandato do senhor deputado Agostinho Gonçalves como Presidente da Câmara de Penafiel e do saudoso senhor Justino do Fundo, com quem teve o privilégio de trabalhar de perto, e era desse tempo que vinha dívida. Era do tempo em foi lançada a obra da água pelo executivo do senhor Justino do Fundo e depois seguida nos mandatos do senhor eng. Agostinho Gonçalves, entre outras obras, e era daí que vinha a dívida e ira continuar haver por era sinal de investimento, sinal de progresso, era sinal que o concelho de Penafiel estava a movimentar-se. Era por todas as obras, no ambiente, pela educação, pelas vias estruturais que Penafiel era o município que era e estava no ranking que estava. Se queriam levar avante aquela discussão e dizer que queriam continuar na senda do progresso ou se queriam voltar para trás dizendo que o objectivo último era último era poupar e voltar para o tempo de Salazar. Naturalmente que ninguém queria que assim fosse e portanto iam continuar naquela perspectiva, a fazer o progresso e o caminho que estava a ser feito, que era reduzir dentro do possível, a dívida que mais preocupava, a dívida de curto prazo, porque a de médio e longo prazo estava alavancada na banca com taxas de juro simpáticas. -----

----- Era necessário desmistificar e por isso perguntava quais as Câmaras Municipais da região que tinham uma situação económica-financeira com tanta solvabilidade como a de Penafiel. Paços de Ferreira aderiu ao Fundo de Apoio Municipal e Penafiel estava a ajudar o FAM, pagando um milhão de euros, estava a ser solidário com esses municípios. A Câmara de Penafiel, não tinha nenhum problema em termos de equilíbrio financeiro, nem de rotura financeira porque cumpria os rácios de endividamento. ----

----- Referiu que a dívida existente era virtuosa, porque era uma dívida reprodutiva, pois ia ao PEDU, ao Portugal 2020, aos quadros comunitários de apoio. Era reprodutiva porque 100 milhões de euros vinham cerca de 85 milhões ficavam do lado de cá sem terem que pagar. -----

----- Também existia a dívida boa que era o grosso da dívida de Penafiel, ou seja a dívida que apoiava as Juntas de Freguesias, as colectividades, criava condições para que as crianças pudessem ter qualidade de vida em Penafiel. Era uma boa dívida, aquela que se permita que se reduza a carga fiscal, reduzindo ao mínimo os impostos municipais. Má dívida era a do FAM que tinham que pagar, para serem solidários para quem precisava, e Penafiel que não estava nessas circunstâncias era um município solidário.-----

----- Disse que a autarquia de Penafiel tem uma situação económica-financeira sustentável porque os números o ditava, se verificarem o artigo 50.º da Lei das Finanças Locais diz que Penafiel tem uma capacidade de endividamento de 13 milhões de euros, isto significava que no futuro, necessitarem de ir à banca, se necessitarem de alocar empréstimos para qualquer investimento tinham capacidade de endividamento. Penafiel é um município que constantemente tinha resultados líquidos de exercício positivos, o que significava, numa empresa, que tinha lucro e que tinha dinheiro suficiente para pagar os

seus compromissos, o seu passivo e ainda tinha lucro. O lucro em Penafiel era o social, o que era investido nas famílias, nas colectividades e nas freguesias e no que é necessário para que continuasse a ser o melhor concelho para viver e para investir. -----

----- Por tudo o que acabou de referir continuavam a acreditar no executivo, nas suas contas e que estavam no bom caminho e que iam continuar apoiar o executivo para que as contas estivessem cada vez melhores para bem do concelho e dos penafidelenses. -----

----- — A senhora deputada Benvida Silva: Relativamente a estes documento e quem olhava só para os números, não podia deixar de dar os parabéns ao executivo, por ter apresentado do um resultado liquido positivo, na ordem dos 2.760.454,36€, mas não podiam olhar só para os números e por isso, não podiam fazer alguns reparos, a algumas situações.-----

----- Quanto à questão da dívida, disse não estava em causa um euro a mais ou a menos, mas sim de 60 milhões de euros, pois os proveitos diferidos também eram responsabilidades passivas. E pedia que o senhor Presidente lhes explicasse a rubrica dos proveitos diferidos porque estes eram responsabilidades assumidas que tinham de ser executadas no futuro porque se assim não fosse eram efectivamente responsabilidades e o valor aumentou em relação ao ano anterior. -----

----- Efectivamente a dívidas de médio e longo prazo reduziu em cerca de um milhão de euros, a de curto prazo no geral reduziu mas havia muitas rúbricas que aumentaram. Comparando os valores de 2018 com os de 2017 diminuíram mas comparado com 2016 estavam acima. Alertou para a gestão da dívida, pois a dívida ainda não estava controlada. -----

----- Referiu que numa das últimas assembleias municipais, onde foi apresentado o orçamento para o ano de 2019, a bancada do PS referiu que esse orçamento era ilusório. Era um orçamento equilibrado, e nunca estiveram contra orçamentos equilibrados e realistas, mas referiram que era um orçamento um orçamento ilusório pois apresentava valores que certamente não se iriam cumprir, como o histórico dos anos transatos fazia crer.-----

----- O fecho das contas do ano de 2018, só vinha corroborar isso. Mais um ano, que se orçamenta cerca de 80.000.000 euros de receitas e despesas e depois só se concretiza cerca de 56% desses valores, e os valores aproximam-se dos 35.000.000€ o que vinha corroborar o que o PS tem vindo a dizer ao longo dos anos. -----

----- Por outro lado, a certificação legal das contas é emitida com reservas. Reservas essas deveras importantes, pois referem-se a valores do imobilizado que rondam os 176.000.000. Se registarmos por exemplo perdas de imparidades nesses imobilizados de cerca de 1% apenas. Estava a falar de perdas diretas no lucro de cerca de 1.760.000€.-----

----- Gostavam de saber que tipo de intervenção estava a ser feita, e de que forma, pois Revisores Oficiais de Contas, para colocarem reserva, era algo que eles se queriam desresponsabilizar. Podiam até

ter colocado uma ênfase, que seria como que uma opinião, uma chamada de atenção, mas não, colocaram reserva. Quer quanto à plenitude da inventariação quer à correta valorização do imobilizado.---

----- Por outro lado, a reserva referia de que o município ainda não tinha reunidas as condições indispensáveis à utilização de uma contabilidade de custos, cuja implementação era obrigatória segundo o POCAL. Ou seja, os custos eram registados, mas em rubricas genéricas gerais que não lhes permitiam tirar conclusões para que obra ou evento tinha sido, para que centro de custos foi. A contabilidade analítica exigia isso, era exigida por Lei e pelo POCAL e a Câmara não estava a fazer isso. Se a Câmara tinha uma responsabilidade legal de o fazer e devia o fazer sendo que era fundamental para analisarem e perceberem as contas. -----

----- — O senhor deputado Carlos Pinto: Para que a verdade não ficasse distorcida, disse que todos sabiam como é que eram feitas as contas, no POCAL com os mapas e de acordo com a Lei das Finanças Locais e misturar alhos com bugalhos, tentar dar a ideia que a dívida do município é de 60 milhões de euros, isso ou é do reino da anedota ou então é demasiado sério para se deixar passar em claro. Houve efectivamente uma redução do passivo e senhora deputada argumentou que havia 60 milhões porque os proveitos diferidos também eram responsabilidades passivas nos anos seguintes. Disse que os anos seguintes também iam ter receita, e isso dos 60 milhões era uma ficção, a receita também havia de vir para cobrir essas obrigações. -----

----- Perguntou à senhora deputada, de acordo com a Lei das Finanças Locais, qual era a dívida do município da dívida de curto prazo e médio e longo prazo, onde é que conseguia juntar tanta dívida curto e médio prazo para chegar aos 60 milhões. -----

----- — A senhora deputada Benvinda Silva: Transmitiu que não tinha dito falacia nenhuma, pois podiam verificar nos documentos que o total do passivo era de 60.975.768,54 €. Disse que o senhor deputado não devia saber o conceito de proveitos diferidos. Assim sendo cada um teria a sua interpretação. -----

----- — O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que aquele era um dos pontos mais importante do município, o documento de prestação de contas. E já antecipava que a bancada do PS não ia ficar feliz com os nossos bons resultados. A bancada do PS preferia que as contas estivessem más para poderem ir à Assembleia dizerem que estavam más e andarem permanentemente com a mesma lengalenga e hoje perceberem que essa lengalenga tinha acabado. As contas da Câmara de Penafiel estão bem e recomendam-se, não valia a pena vir com conceitos ininteligíveis para a maioria dos cidadãos para tentar baralhar e gerar a confusão. O que os penafidelenses queriam era uma linguagem clara, perceptível e saber como estavam as contas da autarquia. -----

----- Referiu que o ano de 2018 teve uma das melhores taxas de execução da receita e da despesa dos últimos anos. Estava aquém do pretendido, mas foi uma das melhores dos últimos anos como podiam

conferir pelos mapas. Tinham receitas próprias na ordem dos 14 milhões de euros, um grau de autonomia que o município não tinha tido há muitos anos, de cerca de 40%, ou seja as receitas que eram geradas pelo município, com um grau de autonomia extramente positiva para um município que não rico. Tinham o volume de empréstimos de dívida de médio e longo prazo mais baixo de sempre, dos últimos 20 anos, de 7,9 milhões de euros, a 31 de dezembro de 2018, em que há 10 anos aquele valor era o dobro. -----

----- A dívida a terceiros, dívida de curto prazo, a mais preocupante desceu 23%. Nos últimos 20 anos só em meia dúzia de exercícios é que a dívida de curto prazo foi inferior ao valor com que foi fechado o ano de 2018.-----

----- Disse que contas eram um reflexo de um percurso de anos, e em vários momentos da vida política foi importante fazer investimentos que implicaram assumir compromissos para além do que era possível pagar no imediato. Todos os executivos, como referiu o senhor deputado Carlos Pinto, tiveram que tomar decisões para aproveitar as oportunidades para fazer do concelho de Penafiel de desenvolver e isso, naturalmente gerou um volume de dívida que não era possível de um dia para o outro pagar. Tinham que trabalhar nesse sentido, estavam empenhados em ir nessa direcção, mas que não pretendam que se fizesse agora a eliminação de dívida de 20 anos. Tinham que trabalhar nesse *dossier* de forma séria e responsável porque não podiam perder nem por de lado a as oportunidades que existiam atualmente para o concelho. -----

----- O conjunto da dívida de médio e longo prazo com a dívida de curto prazo, desceu em 2018 6 milhões de euros, esse é que era um número mágico. A Câmara Municipal de Penafiel, a 31 de dezembro de 2018, tinha menos seis milhões de dívida que no ano anterior. Não era preciso saber de contabilidade para ler aqueles números. Explicou à senhora deputada Benvinda que quem fazia as contas da Câmara não era um contabilista, era uma equipa de técnicos profissionais, capazes e competentes e sobretudo muito dedicada. A dívida da Câmara foi reduzida com muito esforço. Seis milhões no global, cinco milhões no curto prazo e mais de um milhão no médio e curto prazo. A situação financeira do município é melhor do que qualquer um dos municípios da região. Era fruto dessa circunstância que, a partir de hoje, com a aprovação das contas na Assembleia Municipal, o município de Penafiel seria excluído do âmbito da aplicação da Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso e isso só era possível porque as contas assim o permitiam. Ganharam soberania e autonomia financeira. -----

----- Assistiam a uma recuperação financeira na Câmara Municipal, mas não queria nem precisava de felicitação por isso, apenas queria que reconhecessem, pois foi na Assembleia Municipal que disse que situação de 2017 era excepcional por circunstâncias externas, atrasaram porque também tinham atrasado com a autarquia, assumiram compromissos que sabiam que tinham financiamento assegurado, por isso não havia risco. Em nenhum momento agiram com ligeireza ou assumiram compromisso sem saberem como é que os iam honrar. Aquilo que fizeram, foi acreditar nas instituições e assumir os compromissos

de acordo com os compromissos assumidos. -----

----- Estavam todos de parabéns porque estavam num caminho que era positivo, em condições de excelência para poderem agora fazer face a esses compromisso que iam ter de continuar assumir, por exemplo a obra do Ponto C, a estação intermodal em Novelas ou as obras de acessibilidade no edifício dos Paços do Concelho. Estavam em condições para poderem dar conta de todos esses compromisso e para que o concelho de Penafiel continuasse no caminho do desenvolvimento. -----

----- Quanto à referência feita pelo senhor deputado Sousa Pinto no âmbito do Programa de Apoio há Redução Tarifária dos Transportes, disse que não estava nada preocupado, esse era um dos riscos que não sentia que existia em relação a Penafiel, movimento pendular, que Penafiel pudesse perder população por causa do programa. Antes pelo contrário, vai ser uma capacidade reforçada, porque Penafiel é que tinha essa capacidade de atração, era o centro da região Tâmega e Sousa, e era para o concelho de Penafiel que todos os caminhos se iam dirigir. Não era por acaso que no estudo que foi publicado recentemente na consultora internacional *Bloom Consulting* a propósito dos rankins das cidades, que Penafiel, não só manteve a liderança da região, consolidou a posição no Norte do país, e subiu no domínio da captação de investimento em 9 lugares. Subiu porque tem tido a capacidade de atrair para o concelho, e quando há empresas, emprego e criação de riqueza, ninguém quer ir embora porque todos gostavam de morar e viver em Penafiel. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 43 votos a favor dos senhores deputados, António Carlos de Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Joaquim Luís Rocha e Silva, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Rui António dos Reis Lopes, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Bruno Rafael de Sousa Araújo, Carla Maria Ribeiro de Oliveira, os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Abragão, Boelhe, Canelas, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Penafiel, Paço de Sousa, Peroselo, Rans, São Martinho de Recezinhos, Rio de Moinhos, Termas de S. Vicente, Valpedre, Cabeça Santa, Capela, S. Mamede de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Bustelo, Eja e o senhor Presente da Assembleia Municipal Alberto Fernando da Silva Santos; -----

----- - 12 abstenções dos senhores deputados, Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Soares, António José de Sousa Pinto, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, Renato Joaquim da Rocha Barros, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva, Cristiana dos Santos Coelho, Cristiana Filipa Moreira da Silva, e António Fernando Rodrigues Barbosa. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa fez a seguinte declaração de voto



dizendo que manteve a sua conduta que manteve até então, ou seja, votar favoravelmente os documentos de prestação de contas do município. Cabeça Santa contribuiu com o imposto municipal para a receita da Câmara em cerca de 900 mil euros nos cinco anos de mandato. O investimento na freguesia foi de cerca de 200 mil euros, tem saldo positivo e por isso esperava que a Câmara aproveita-se esse saldo positivo e investisse na freguesia para que em 2021 o seu discurso se mantivesse e tivesse a mesma conduta até lá.-----

**-----4.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, de acordo com a alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----**

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----  
----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 53 votos a favor dos senhores deputados, António Carlos de Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Joaquim Luís Rocha e Silva, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Rui António dos Reis Lopes, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Bruno Rafael de Sousa Araújo, Carla Maria Ribeiro de Oliveira, Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Gonçalves, Cristiana dos Santos Coelho, Joaquim Fernando Bonifácio, António José de Sousa Pinto, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, José Manuel Salgueiro Macedo, Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia Abragão, Boelhe, Canelas, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Penafiel, Paço de Sousa, Peroselo, Rans, São Martinho de Recezinhos, Rio de Moinhos, Termas de S. Vicente, Valpedre, Cabeça Santa, Capela, S. Mamede de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Bustelo, Eja e o senhor Presente da Assembleia Municipal Alberto Fernando da Silva Santos; -----

----- 2 abstenções dos senhores deputados Cristiana Filipa Moreira da Silva e António Fernando Rodrigues Barbosa.-----

**-----5.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não pretender a transferência das competências para as autarquias locais previstas na Lei 50/2018, de 16 de agosto, no ano de 2019, no domínio da proteção e saúde animal, relativamente aos animais de companhia e animais de produção, e segurança dos alimentos e concretizada no Decreto-Lei nº 20/2019, de 30 de janeiro;-----**

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----  
----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com os 42 votos a

favor dos senhores deputados, António Carlos de Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Joaquim Luís Rocha e Silva, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Rui António dos Reis Lopes, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Bruno Rafael de Sousa Araújo, Carla Maria Ribeiro de Oliveira, os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Abragão, Boelhe, Canelas, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Penafiel, Paço de Sousa, Peroselo, Rans, São Martinho de Recezinhos, Rio de Moinhos, Termas de S. Vicente, Valpedre, Cabeça Santa, Capela, S. Mamede de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Bustelo, Eja e o senhor Presente da Assembleia Municipal Alberto Fernando da Silva Santos; -----

----- - 11 abstenções dos senhores deputados, Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Soares, António José de Sousa Pinto, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, Renato Joaquim da Rocha Barros, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva, Cristiana dos Santos Coelho e Joaquim Fernando Bonifácio. -----

-----**6.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não pretender a transferência das competências para as autarquias locais previstas na Lei 50/2018, de 16 de agosto, no ano de 2019, no domínio da cultura e concretizada no Decreto-Lei nº 22/2019, de 30 de janeiro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com os 42 votos a favor dos senhores deputados, António Carlos de Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Joaquim Luís Rocha e Silva, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Rui António dos Reis Lopes, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Bruno Rafael de Sousa Araújo, e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Boelhe, Canelas, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Penafiel, Paço de Sousa, Peroselo, Rans, São Martinho de Recezinhos, Rio de Moinhos, Termas de S. Vicente, Valpedre, Cabeça Santa, Capela, S. Mamede de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Bustelo, Eja e o senhor Presente da Assembleia Municipal Alberto Fernando da Silva Santos; ---

----- - 11 abstenções dos senhores deputados, Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Soares, António José de Sousa Pinto, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, Renato Joaquim da Rocha Barros, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva, Cristiana dos Santos Coelho e Joaquim Fernando Bonifácio. -----

-----**7.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não pretender a**

**transferência das competências para as autarquias locais previstas na Lei 50/2018, de 16 de agosto, no ano de 2019, no domínio da educação, concretizada no Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro;**-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----  
----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 44 votos a favor dos senhores deputados, António Carlos de Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Joaquim Luís Rocha e Silva, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Rui António dos Reis Lopes, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Bruno Rafael de Sousa Araújo, Carla Maria Ribeiro de Oliveira, os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Canelas, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Penafiel, Paço de Sousa, Peroselo, Rans, São Martinho de Recezinhos, Rio de Moinhos, Termas de S. Vicente, Valpedre, Cabeça Santa, Capela, S. Mamede de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Bustelo, Eja e o senhor Presente da Assembleia Municipal Alberto Fernando da Silva Santos; -----

----- 09 abstenções dos senhores deputados, Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Soares, António José de Sousa Pinto, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva e Cristiana dos Santos Coelho. -----

**-----8.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à concessão de acordo prévio à CIM – Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa, nas seguintes áreas setoriais e ao abrigo dos seguintes artigos (transferência das competências previstas na Lei 50/2018, de 16 de agosto, no ano de 2019): -----**

----- Área setorial da justiça - artigo 9.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11/20-----  
----- Apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários - artigo 5.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11/2018; -----  
----- Área setorial da Educação - artigo 75.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01/2019; -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----  
----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 48 os votos a favor dos senhores deputados, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Joaquim Luís Rocha e Silva, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Rui António dos Reis Lopes, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, Bruno Rafael de Sousa Araújo, Carla Maria Ribeiro de Oliveira,

Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Gonçalves, Joaquim Fernando Bonifácio, António José de Sousa Pinto, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, José Manuel Salgueiro Macedo, Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva, Cristiana dos Santos Coelho, Cristiana Filipa Moreira da Silva e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Boelhe, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

**-----9.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão de apoio ao investimento estratégico – construção de uma unidade de produção para o fabrico de acessórios para a indústria de luxo – ATEPELI – Ateliers de Ponte de Lima, Unipessoal Lda.**

**-----1. Aprovação da minuta do contrato de investimento a celebrar, conforme o disposto no art.º 9.º do Regulamento de Concessão de Apoio ao Investimento Estratégico (RCAIE), bem como a concessão dos seguintes apoios, nos termos do art.º 3.º do RCAIE:-----**

**-----I. Prestação de assistência e aconselhamento técnico ao promotor;-----**

**-----II. Conção de prioridade na apreciação do projeto; -----**

**-----III. Construção das redes de abastecimento de água (orçamentada em 2.437,93€), das redes de saneamento (orçamentada em 6.068,18€), assim como da ligação à rede de drenagem de águas pluviais (orçamentada em 1.500€) até ao limite da propriedade onde será instalado a unidade de produção; -----**

**IV. Beneficiação do caminho público que confronta com o terreno do promotor e entronca com a Rua da Pala (orçamentada em 46.682,50€);**

**V. Isenção do pagamento do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) por 5 (cinco) anos, podendo ser renovada por igual período, mediante requerimento do Investidor, de acordo com o estatuído no n.º 3, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro;**

**VI. Isenção do pagamento do IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis) relativo às Parcelas adquiridas pelo promotor para a construção da unidade de produção; -----**

**VII. Isenção do pagamento da taxa referente ao alvará de construção, emitido no âmbito do processo 450/2018 – LOED;-----**

**-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----**

----- — O senhor deputado Sousa Pinto: Manifestou que o grupo municipal do PS, apoio todo o esforço de investimento que se faça, no sentido de criar mais postos de trabalho, situação essa que tem vindo a melhorar ao nível nacional nos últimos anos. Hoje ao abordamos os apoios que o município concede para

a captação desses investimentos, devem esses apoios, ser suportados em relatório técnico, conforme o regulamento o especifica. E no futuro o Município deverá ter como maior desafio, o investimento ser assente na inovação tecnológica para ajudar as empresas no nosso território a ganhar mais competitividade no mercado nacional e global, disponibilizando postos de trabalho mais qualificados e melhor remunerados, tornando o território mais competitivo. -----

----- Hoje a chancela da empresa Luís Vitton, e o facto de todo o sistema operativo estar ligado com cadeias internacionais de moda, será a garantia de qualidade que se espera deste investimento no nosso concelho. No entanto, as vantagens competitivas que o setor das indústrias de bens pessoais que na década de 90 do seculo passado trouxe como motor de crescimento económico para a nossa região, hoje tem de ser reinventado. -----

----- — O senhor deputado Joaquim Ferraz: Provavelmente por ter sido gerente de particulares, cabia-lhe ali fazer um alerta ao executivo em função daquele empreendimento, de que tem parecer favorável. No entanto tem conhecimento que ao longo dos tempos os pequenos investidores e os particulares muitas das vezes não têm a colaboração que era prometida a um grande investidor. Sabendo o histórico dos agentes económicos do concelho de Penafiel, que hoje algumas das melhores empresas do concelho começaram como pequenos investidores e empresários individual. Quando a Câmara Municipal e os seus serviços, não colaboravam, punham barreiras e obstruíam estavam a comprometer o desenvolvimento do concelho e não acariciavam os pequenos investidores, porque que 10 pequenos investidores valiam mais do que um ou seja, se um partir ainda ficavam 9. Disse que era aquele o apelo que queria fazer para bem do concelho de Penafiel e dos penafidelenses. -----

----- — O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que a bancada da coligação “Penafiel Quer” sentia-se na obrigação de saudar a concretização daquele investimento fundamental e estruturante para o município de Penafiel. Investimento, esse, era a prova e concretização e fazia jus àquilo que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha de dito que de facto o concelho de Penafiel era o um dos concelhos mais apetecíveis do país para se investir. E não era um qualquer investidor, era uma empresa de capitais exclusivamente franceses, com uma marca de renome conhecida no mundo inteiro, e ia criar riqueza e ia permitir que muita dessa riqueza fica-se no concelho de Penafiel. -----

----- Não era uma fábrica de confecção de linha de montagem, era uma fábrica onde se percebia pelos formulários de candidatura que tinha uma componente significativa de trabalhadores com formação superior e especializada e naturalmente a mão-de-obra normal, a necessária e fundamental para a concretização dos produtos. -----

----- Referiu que por trás daquele investimento, estava o homem, dono da empresa de Ponte de Lima que era, atualmente, o homem mais rico da União Europeia. Era um sinal que era um investimento em valia a pena apostar e que à sua boleia, ia permitir que muitos outros negócios que se associam,

paralelos, por empatia permita criar mais riqueza no concelho. -----

----- Disse que tinham ficados muito satisfeitos por todos os grupos municipais com assento na Assembleia Municipal, manifestarem o seu apoio e a sua vontade para que aquele negócio se concretize. -

----- — O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que aquele investimento, naturalmente se enquadrava no Regulamento Municipal de Atração ao Investimento e portanto das questões que estavam previstas no contrato estavam salvaguardadas dentro desse ponto de vista em termos de legalidade e por isso a Assembleia Municipal tinha todo o conforto para poder decidir. -----

----- O investimento que lhes levou muito tempo de dedicação para que o pudessem ver acontecer em Penafiel. Houve vários outros municípios de dimensão em termos populacionais, superiores ao de Penafiel, que tinham tentado também levar aquele investimento. Felizmente que Penafiel teve sucesso, muito graças ao trabalho desenvolvido pelo senhor vereador Pedro Cepeda, detentor do pelouro e que se envolveu de forma pessoal nesse tema a par de outros pelouros que também tinham estado envolvidos, como por Exemplo o do Licenciamento Urbanismo. -----

----- Hoje o tempo era outro, era diferente daquele em que foi feito o Regulamento de Atração de Investimento, feito em que a taxa de desemprego era significativamente maior do que o atual, e por isso tinha que interpretar de forma diferente o regulamento porque tinham que ser mais selectivos nos investimentos que queriam ter no concelho e aquele parecia-lhes positivo. O essencial o senhor deputado Carlos Pinto já ali o tinha referido porque era uma marca do prestígio e uma marca de prestígio em Penafiel, trazia prestígio ao concelho e trariam outras marcas que queriam estar perto. Havia um factor de apelo com aquele nome e aquela marca que em Penafiel se iria instalar. Explicou que não era trabalho em linha, mas sim uma produção artesanal, trabalho manual, com um espaço muito significativo de área para cada trabalhador porque tinha de ter condições para poder desempenhar esse esse papel e essa função. Ainda assim, tinham uma previsão de 21 licenciados e 15 trabalhadores com formação especializada. -----

----- Aquele era um contrato de investimento presente nesta sessão e oportunamente teriam outros e um deles, por exemplo, que se ia instalar na zona industrial de Recezinhos, tinha uma percentagem superior a 50% de licenciados. Portanto, cada caso é um caso, concordava com o senhor deputado Sousa Pinto, no sentido em que tinham que estar atentos ao tipo de emprego que queriam ter no concelho de Penafiel. Era muito importante criarem oportunidades para jovens licenciados e com formação especializada. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 47 os votos a favor dos senhores deputados, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Joaquim Luís Rocha e Silva, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Rui António dos Reis Lopes, Joaquim Lindoro de Sousa



Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, Bruno Rafael de Sousa Araújo, Liliana Cristina Gomes Nunes, Carla Maria Ribeiro de Oliveira, Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Gonçalves, Cristiana Leite Cruz, Joaquim Fernando Bonifácio, António José de Sousa Pinto, João Carlos Baptista Couto Barbosa, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, José Manuel Salgueiro Macedo, Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva, Pedro Alexandre Mogadouro do Couto, Cristiana Filipa Moreira da Silva e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Boelhe, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

**----- 10.º Ponto – Conhecimento das minutas das atas e das atas das reuniões de Câmara Municipal aprovadas, nos termos da alínea x), do n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----**

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- — O senhor deputado Nuno Araújo fez um ponto de ordem relativamente à Comissão de Acompanhamento do PDM, sugerindo que fossem incluídos na comissão dois ou três suplentes, pela simples razão de poder ser difícil conciliar agendas. Se acharem pertinente, os grupos entender-se-iam depois e podiam fazer-se substituir com a devida anuência do senhor Presidente da Assembleia ou então indicariam já os suplentes. -----

----- — O senhor Presidente da Câmara Municipal: Deu nota de que a Lei determinava os elementos que integravam a comissão de acompanhamento do processo de revisão do PDM. Essa comissão integrava um deputado da Assembleia Municipal. Ainda não tinha sido presente na Assembleia essa questão porque, quando foi feita a convocatória não tinha a data de início do processo de revisão. -----

----- Tinha já, na Câmara Municipal, com o senhor Vereador que tutela a área do Planeamento e acompanharia o processo, tinham já acertado que iria convidar as bancadas, para que independentemente da questão dessa comissão formal e oficial a Assembleia ter uma outra participação mais próxima e mais presente que se faria através da comissão que ali foi nomeada. -----

----- — O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Disse que como era uma comissão informal, tinha configuração que ali foi referida, e poderia haver alguma liberdade por parte dos grupos municipais no sentido de, nas reuniões para que foram convocados, não podendo estar presentes, poderem indicar alguém em sua substituição dentro do grupo. O que ficava então consignado em caso de substituição, aquando a convocação para as reuniões, era que se fazia uma comunicação prévia, com a antecedência razoável a dizer que não podia estar presente e far-se-ia representar pelo membro a indicar indicado. ----

----- — O senhor deputado Agostinho Gonçalves: Como era do conhecimento de todos, o Plano Diretor Municipal era um plano fundamental, orientador do desenvolvimento do concelho de Penafiel. O senhor Presidente da Câmara deu um esclarecimento fundamental na questão do acompanhamento, contudo queria deixar ali um complemento na vantagem, em termos de membros da Assembleia Municipal, no acompanhamento desse processo, uma vez, que depois, esse documento ia ser votado em sede de Assembleia Municipal. Assim, já era trabalho que se estava a fazer com membros da Assembleia no acompanhamento desse mesmo trabalho. Acrescia que todos tinham sempre um contributo a dar, porque era um gabinete que iria fazer o trabalho e os membros estavam e conheciam o terreno e tinham sempre contributo a dar. Havia gente jovem e gente mais experiente e o cruzamento da experiência de uns e a novidade dos outros naturalmente que iriam enriquecer esse trabalho. -----

----- Encerrado o período da ordem do dia, foi dado início ao período de intervenção do público. -----

----- Inscreveu-se o senhor António Fernando Mesquita Barbeitos, cidadão da cidade de Penafiel, para esclarecer algumas afirmações que ali foram feitas sobre a prestação de contas da Câmara Municipal de Penafiel. -----

----- Disse que a sua intervenção serviria para memória futura e por respeito, em primeiro lugar aos seus colaboradores que preparavam os documentos de prestação de contas para que todos os senhores deputados pudessem analisar e seguidamente votar. -----

----- Disse que nos últimos 30 anos era o responsável da Câmara Municipal de Penafiel pelas contas e nunca em momento algum discutiu, independentemente do partido político que estava à frente dos destinos do concelho, quem tinha ou não razão, se a dívida era grande ou não, porque era um assunto e responsabilidade que não lhe dizia respeito. Hoje, o que ali se tinha passado não tinha sido bonito, principalmente com pessoas que diziam ter conhecimentos sobre o assunto. -----

----- Referiu que não era verdade que a dívida da Câmara Municipal de Penafiel era de 60 milhões. A senhora deputada Benvinda Silva, no início da sua intervenção, referiu que não tinha tido oportunidade de ler todos os documentos de prestação de contas uma vez que tinha muitas páginas. Contudo, era necessário saber ler e estudar os documentos, porque alguém os tinha preparado com cuidado, com honestidade, com sinceridade, com transparência, para que pudessem votar conscientemente, tentando dar a todos os senhores deputados toda a informação possível para que pudessem votar conscientemente. -----

----- Quando a senhora deputada referiu os 60 milhões dos acréscimos e diferimentos deveria ter lido o que estava escrito nos documentos *"Na verdade, uma vez que os investimentos não são suportados na totalidade pela autarquia local, dado serem cofinanciados através de fundos, nacionais e ou comunitários, o custo da sua depreciação deverá ser "corrigido". Assim, anualmente tal correção deve ser transferida muna base sistémica para a conta 7983 "proveitos e ganhos extraordinários-outros proveitos e ganhos*



*extraordinários-transferência de capital” à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, na proporção do cofinanciamento.” Lembrou que a contabilização dos projetos apoiados por fundos comunitários tem uma técnica, que era, aquilo que é o montante do financiamento é um proveito do ano mas que se vai repartir pela esfericidade desse bem. Esses fundos vão ser amortizados nos próximos 50 anos, que vai a esta conta de proveitos e diferimentos futuros. Informou que naquele momento eram 675.481,40 milhões nos últimos 30 anos de fundos comunitários.*

----- Chamou atenção, para o facto de estarem, naquele momento, numa fase do CNC – Comissão de Normalização Contabilística e quando o senhor deputado Nuno Araújo solicitou ao senhor Presidente determinadas informações, disse que saldo de gerência foi aprovado na presente sessão. Falou também na situação da Câmara em que o senhor Presidente lhe tinha respondido, mas o que era importante é que a partir de setembro ia entrar em funcionamento, por decisão do Governo o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas - SNC-AP, e os 675.481.4 milhões de investimento, no próximo ano tinham que levar duas contabilidades, ou seja, uma em POCAL e uma contabilidade em SNC-AP e os 675.481.40 milhões mais todos os investimentos comunitários que o Município fizer no ano em curso iam passar para uma conta de capital e daí ser diferente de uma empresa, porque havia regras que tinha que ser cumpridas.-----

----- Relativamente á reserva do ROC, em todas as autarquias aquela reserva existia porque os serviços não conseguiam contabilizar o valor, por exemplo, de um quadro de Cargaleiro que existia na Câmara Municipal de Penafiel, pois eram bens que eram elencados com bens imateriais.-----

----- Disse que esta sua intervenção tem o objetivo de que para no futuro não pensassem que aquelas contas tinham algo de esquisito, pois eram contas reais, as apresentadas.-----

----- O cidadão, senhor António José de Sousa Pinto, residente em Penafiel e membro do Partido Socialista, disse que não entende a intervenção tida pelo senhor dr.º Antonio Barbeitos, nesta fase da reunião, pois toda a discussão havida sobre as contas de gerência e sobre as questões que aqui foram colocadas, houve um momento em que fazia todo o sentido que fossem dados esses esclarecimentos pelo cidadão atrás referido e que por sinal é o responsável técnico pelas contas que aqui foram discutidas.

----- Assim terminada que foi essa discussão no respetivo ponto, como pode usar da palavra e tendo-o feito em que qualidade faz essa a intervenção: na de Diretor de Departamento Financeiro, e se sim teve a autorização previa do Senhor Presidente da Câmara. Tudo o que aqui se passou foi lamentável. Pois as questões levantadas pela deputada Dr.ª Benvinda Silva sobre a natureza da certificação das contas é uma questão pertinente e esta questão mereceu e merece dúvidas e reservas por parte da bancada do P.S. nesta Assembleia Municipal.-----

----- O senhor deputado Nuno Araújo, na qualidade de cidadão disse que não se pode vestir ou despir a camisola conforme lhes apetecia dentro da Assembleia Municipal. O senhor Diretor do DGO estava na

qualidade de técnico para apoiar a Assembleia Municipal e para ter uso da palavra carecia de prévia autorização, não podia falar só porque lhe apeteceu. Era uma falta de respeito perante a Assembleia Municipal o senhor Diretor do Departamento se ter prestado àquele papel, porque por diversas vezes solicitaram ao senhor Presidente para que o autorizasse a falar. Com o devido respeito, cabia ao senhor Presidente da Assembleia Municipal controlar o funcionamento da sessão pela dignidade daquele Órgão, pois não era aceitável um técnico superior da autarquia fazer considerações políticas. Agradecia que aquela situação lamentável não se voltasse a repetir. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que a mesa compreendia o que o senhor deputado Nuno Araújo queria dizer mas não acompanhava, no sentido de que a liberdade de expressão ficava por conta de quem fazia a intervenção. O senhor cidadão que teve a sua intervenção não integrava a Assembleia Municipal, podia eventualmente ter falado se o Executivo Municipal ou se o senhor Presidente da Câmara o tivesse solicitado, mas não estava cerceada a sua possibilidade desde que não usasse termos inconvenientes ou ofensivos, podia falar no que lhe apetezia. Aliás, a Assembleia Municipal já assistiu a um momento também em que um senhor Presidente de Junta do PS saiu da Assembleia e no final fez uma intervenção no público arguindo a sua pertinência sobretudo a sua qualidade de cidadão com que queria intervir, depois de terminados os trabalhos da Assembleia Municipal. Achava que a legitimidade não estava posta em causa, sendo certo que, querendo dar alguma explicação ou corresponder invocando a qualidade de público porque tinha ali alguma matriz política daquilo que foi a intervenção a mesa aceitava, que por essa razão, se fizesse essa intervenção. Tudo aquilo a título excecional, porque não podiam, fazer retornar os trabalhos para o período de intervenção do público.

A cidadã Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, residente na freguesia de Galegos, relativamente às contas, o que achava estranho é que não era dívida mas sim passivo, era uma responsabilidade assumida que se o município não concretizar vai ter que devolver e de se responsabilizar. -----

----- Quanto à reserva do ROC, disse que compreendia que as pessoas não tivessem aquela sensibilidade, mas uma certificação legal das contas com uma reserva não era uma certificação limpa. Isso queria dizer que os ROC's se estavam a desresponsabilizar daquelas contas. Até aconselham que se aprovelem as contas à exceção do que era dito na reserva. Estavam a falar de um universo de 176 milhões, bastava haver ali um descuido de 1% que as contas ficavam logo todas destorcidas. O que que é um lucro de 2.760.000.00 podia, num ápice, tornar-se em prejuízo, havendo ali uma margem grande de manobra.-----

----- Referiu que nunca colocou em causa a qualidade e profissionalismo dos técnicos que faziam a contabilidade e todos os que trabalhavam com eles, pois não era essa a questão. No entanto, quem trabalhava naquela área sabia muito bem que assim era e quando não havia uma contabilidade de custos analítica como era dito na reserva, claro que havia potencial para essas coisas não serem evidenciadas. O

que pediam ao Executivo da Câmara era que esse assunto fosse o mais transparente possível, porque da forma que estava não era transparente e os ROC's estavam a dizê-lo. O valor do imobilizado não era transparente e que ninguém dissesse, porque não era argumento, que o valor de um quadro era incalculável, porque Câmara sabia exatamente o que ele valia. -----

----- No final da sessão, todos os pontos importantes foram aprovados em minuta, tornando-se, assim, imediatamente eficazes as deliberações tomadas. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, lavrando-se a presente ata, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei. -----

  
Anelise Joseane Padua.

